

DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI: DESAFIOS E POTENCIAIS IMPACTOS DOS ODS 1 E 4 NA BUSCA PELA EQUIDADE SOCIOECONÔMICA¹

**Luiza Fracaro Polleto²; Danieli de Oliveira Biolchi³; Raíssa Castro Schorn⁴;
Daniel Knebel Baggio⁵; Airton Adelar Mueller⁶; Pedro Luís Büttenbender⁷.**

¹ Trabalho elaborado pelas alunas do PPGDR/UNIJUI na participação na Cátedra Doutoral Internacional da Red Cidir.

² Doutoranda do PPGDR da Unijuí; Bolsista Prosuc/Capes.

³ Doutoranda do PPGDR da Unijuí; Bolsista Prosuc/Capes.

⁴ Doutoranda do PPGDR da Unijuí; Bolsista Prosuc/Capes.

⁵ Doutor em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Zaragoza; Coordenador do PPGDR da Unijuí.

⁶ Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin/Alemanha; Docente do PPGDR da Unijuí.

⁷ Doutor em Administração (UNAM e UFMS); Docente do PPGDR da Unijuí.

RESUMO

Neste estudo, examinaremos a desigualdade econômica nos países Brasil, Argentina e Paraguai, analisando os desafios enfrentados e os potenciais impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 4 na busca pela equidade socioeconômica. O ODS 1 visa acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, enquanto o ODS 4 busca assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa. Ao explorar as disparidades econômicas entre esses países, investigaremos as causas subjacentes, como a distribuição desigual de renda, oportunidades limitadas de educação e acesso desigual a recursos. Além disso, avaliamos o papel dos ODS 1 e 4 como instrumentos para minimizar a desigualdade econômica e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável nessas nações.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional. Inclusão. Educação. Economia. Indicadores.

ABSTRACT

In this study, we will examine economic inequality in Brazil, Argentina and Paraguay, analyzing the challenges faced and the potential impacts of Sustainable Development Goals (SDGs) 1 and 4 in the pursuit of socioeconomic equity. SDG 1 aims to end poverty in all its forms and dimensions, while SDG 4 seeks to ensure inclusive and equitable quality education. In exploring the economic disparities between these countries, we will investigate underlying causes such as unequal income distribution, limited education opportunities and unequal access to resources. In addition, we assess the role of SDG 1 and 4 as instruments to minimize economic inequality and promote fairer and more sustainable development in these nations.

Keywords: Regional Development. Inclusion. Education. Economy. Indicators.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade econômica é um fenômeno amplamente presente em diversos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, a Argentina e o Paraguai. No caso do Brasil, a

desigualdade econômica representa um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade, pois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o coeficiente de Gini, utilizado para medir a desigualdade de renda, atingiu 0,544 em 2019, indicando uma concentração elevada de renda no país. Além disso, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, acentua ainda mais essa desigualdade, especialmente entre áreas urbanas e rurais.

Na Argentina, a desigualdade econômica também constitui uma questão relevante, e isso porque a desigualdade de renda tem aumentado nos últimos anos, resultando em uma concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada. Além disso, o país enfrenta desafios como a informalidade no mercado de trabalho, altas taxas de pobreza e carência de acesso a serviços básicos, e esses fatores contribuem para o agravamento da desigualdade econômica na nação.

Já no que diz respeito ao Paraguai, a desigualdade econômica é um dos principais desafios enfrentados pela sociedade. O coeficiente de Gini no país atingiu 0,510 em 2020, evidenciando uma concentração significativa de renda. Além disso, a falta de acesso a serviços como saúde e educação, aliada à informalidade no mercado de trabalho, contribui para o aumento da desigualdade. Esses fatores têm um impacto direto na qualidade de vida da população mais vulnerável do país (OEA, 2020). Acontece que diversos fatores contribuem para a existência da desigualdade econômica nessas três nações.

Em suma, a desigualdade econômica nos países Brasil, Argentina e Paraguai representa um desafio significativo que afeta a qualidade de vida da população mais vulnerável. É importante que sejam implementadas políticas públicas eficientes e promovida a inclusão social, a fim de reverter esse cenário e garantir um desenvolvimento econômico mais justo e sustentável. Sendo assim, a busca pela equidade socioeconômica é um dos principais desafios em muitas sociedades ao redor do mundo, pois a desigualdade econômica persistente afeta negativamente o desenvolvimento sustentável, prejudicando a coesão social, o acesso igualitário às oportunidades, e minando os direitos humanos fundamentais.

Reconhecendo a importância de abordar essa questão em âmbito global, a comunidade internacional estabeleceu uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma estrutura unificadora para enfrentar os principais desafios

sociais, econômicos e ambientais do século XXI. Foram então, estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis pelas Nações Unidas, e dentre eles, o ODS 1 e o ODS 4 são especialmente relevantes para este artigo, pois visam promover a equidade socioeconômica. O ODS 1 visa à erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a recursos básicos, serviços essenciais e oportunidades para melhorar suas condições de vida, já o ODS 4 busca assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, promovendo igualdade de acesso à educação ao longo da vida e o desenvolvimento de habilidades necessárias para a participação plena na sociedade.

Esses objetivos foram estabelecidos com base no reconhecimento de que a desigualdade socioeconômica é um obstáculo ao desenvolvimento sustentável e à justiça social. Entretanto, por meio de uma abordagem abrangente, esses ODS têm como objetivo fornecer ferramentas e orientações para os países implementarem ações concretas que levem à equidade socioeconômica. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a contextualização da desigualdade econômica nos países Brasil, Argentina e Paraguai, examinando os principais fatores que contribuem para esse problema. Além de verificar a efetividade dos ODS 1 e 4 como ferramentas para promover a equidade socioeconômica nos países Brasil, Argentina e Paraguai, bem como examinar como esses objetivos têm sido implementados e quais são os desafios enfrentados na redução da desigualdade econômica nessas nações.

Para atingir os objetivos propostos no presente estudo, realizou-se uma abordagem mista de pesquisa, combinando análise de dados quantitativos e revisão bibliográfica. A coleta de dados quantitativos envolveu a obtenção de informações econômicas, sociais e educacionais relevantes para os países Brasil, Argentina e Paraguai. Indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) per capita, índices de pobreza, taxas de desigualdade de renda e investimento em educação foram considerados, obtidos de fontes confiáveis, como relatórios do Banco Mundial, organismos internacionais, instituições governamentais e pesquisas acadêmicas. Os dados coletados foram submetidos à análise estatística, utilizando técnicas de análise de tendências e comparações entre os países, permitindo identificar flutuações na desigualdade econômica ao longo do período estudado, bem como variações nos indicadores relacionados aos ODS 1 e 4. Paralelamente, realizou-se uma revisão sistemática da literatura

sobre desigualdade econômica, os ODS 1 e 4 e suas implementações nos países em questão, incorporando estudos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais, publicações governamentais e artigos de especialistas renomados.

2. DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA ENTRE BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI: COMPARAÇÕES.

2.1. Distribuição de Renda (PIB)

O Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) é um importante indicador econômico que mede a média da riqueza produzida por cada habitante de um país em um determinado período (World Bank, 2021). Sendo assim, analisam-se as variações do PIB per capita entre Argentina, Brasil e Paraguai no período de 2018 a 2022. Essa análise permitirá compreender as tendências econômicas dessas nações ao longo dos anos e suas respectivas posições em relação ao desenvolvimento econômico regional.

No período de 2018 a 2022, a Argentina, o Brasil e o Paraguai enfrentaram diversos desafios econômicos e políticos, que influenciaram suas respectivas taxas de crescimento do PIB per capita. Neste sentido, a figura 1 abaixo explora as flutuações desses indicadores e suas possíveis causas.

Figura 1 - PIB per capita nos três países



Fonte: World Development Indicators. The World Bank, 2022

Analisando os dados acima é possível perceber que em 2018, a Argentina apresentou o maior PIB per capita entre os três países, totalizando 11.795,16 US\$ (dólares). O Brasil ocupou a segunda posição, com um valor de 9.121,02 US\$, seguido pelo Paraguai, com 6.242,96 US\$. Essa diferença significativa pode ser atribuída a diversos fatores, como o

tamanho e a diversificação das economias, políticas governamentais adotadas, setores econômicos predominantes e níveis de investimentos.

No ano seguinte, em 2019, a Argentina enfrentou uma significativa queda em seu PIB per capita, caindo para 9.963,67 U\$\$. Essa redução pode estar relacionada a diversos problemas econômicos que o país vinha enfrentando na época, como alta inflação, aumento da dívida pública e dificuldades na balança comercial (IPEA, 2020). Enquanto isso, o Brasil também teve uma diminuição, porém em menor escala, alcançando 8.845,32 U\$\$, e o Paraguai registrou um valor de 5.807,84 U\$\$.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19, que impactou severamente a economia global. Logo, os três países sofreram quedas significativas em seus PIBs per capita. A explicação a este fenômeno, foi a crise sanitária e econômica que afetou a atividade produtiva, o consumo e o comércio internacional, refletindo-se nos indicadores econômicos das nações (FMI, 2021).

Já em 2021, houve uma notável recuperação na Argentina, com o PIB per capita aumentando para 10.636,12 U\$\$. No Brasil o crescimento foi modesto, chegando a 7.959,44 U\$\$, enquanto o Paraguai apresentou um valor semelhante ao ano anterior, com 5.959,44 U\$\$. Essa recuperação pode ter sido influenciada por medidas de estímulo econômico implementadas pelos governos e pela retomada gradual da atividade econômica após o período mais crítico da pandemia (Banco Central do Brasil, 2022).

Em 2022, ocorreu um crescimento contínuo na Argentina, atingindo um PIB per capita de 13.686,01 U\$\$, consolidando sua posição como a nação com o maior indicador entre os três países analisados. O Brasil e o Paraguai apresentariam valores próximos, com 8.153,06 U\$\$ e 6.153,06 U\$\$, respectivamente. No entanto, é essencial destacar que o PIB per capita é apenas um indicador e não reflete a distribuição de renda em cada país, sendo a desigualdade econômica um desafio persistente para Argentina, Brasil e Paraguai, impactando a qualidade de vida da população. As flutuações do PIB per capita ao longo dos anos são influenciadas por fatores econômicos, políticos e eventos globais, como a pandemia de COVID-19. Todavia é fundamental compreender essas tendências para auxiliar os formuladores de políticas públicas em busca de medidas que promovam o crescimento econômico sustentável e reduzam as disparidades sociais em cada uma das nações, visando o

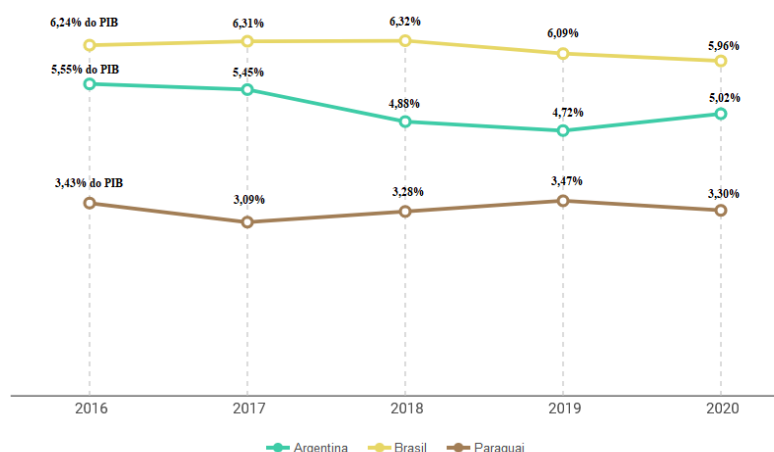
desenvolvimento econômico e social desses países.

2.2. Educação

A educação é um dos elementos fundamentais para que as pessoas possam melhorar suas condições de vida, e, por consequência, promover o desenvolvimento do ambiente em que estão inseridas (GOMES, 2010). A partir dessa conjuntura social, surgem as questões relacionadas à eficiência dos gastos em educação. A alocação de recursos é um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade. Pela importância que a destinação de recursos possui para todos os cidadãos, é necessário se realizar de forma que possa promover o máximo de benefício social possível. No caso da educação, essas restrições são ampliadas, em virtude de ser um elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Faria, Jannuzzi e Silva (2008), esse tipo de avaliação é importante porque demonstra para a sociedade se os recursos públicos alocados em políticas voltadas para a educação estão propiciando um ensino de qualidade, além da necessária transparência sobre a qualidade do serviço público educacional oferecido à população. Nesse sentido, espera-se que os governos destinem uma parte significativa do orçamento público para a educação, considerando sua importância para o desenvolvimento social e econômico da nação, conforme demonstrado na figura 2 a seguir.

Figura 2 - Gastos públicos em educação nos três países



Fonte: World Development Indicators. The World Bank, 2022

No Brasil, a educação pública é responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que são responsáveis pela manutenção e expansão dos três sistemas

de ensino. Para viabilizar os gastos com esses sistemas, foi estabelecida uma estrutura de financiamento correspondente. A Constituição de 1988 assegura o direito à educação e estabelece metas de gasto público em educação como proporção do PIB.

No caso da Argentina, também há um longo compromisso com o investimento em educação. A legislação Argentina enfatiza o papel central do Estado, a prioridade política da igualdade e equidade educacional, e mantém a gratuidade do ensino público. A Lei de Financiamento Educativo prevê um aumento na aplicação de recursos na educação, ciência e tecnologia, com metas de gastos como proporção do PIB.

No Paraguai, a Constituição de 1992 assegura o direito à educação e estabelece um orçamento mínimo de 20% do total destinado à Administração Central para recursos educacionais. A Lei Geral da Educação do Paraguai também regulamenta o financiamento educacional.

Os investimentos em educação pública nos três países (Brasil, Argentina e Paraguai) em 2020 são relativamente baixos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), conforme apresentado na figura acima. Embora o Brasil lidere a lista com 5,96% do PIB destinado à educação, e a Argentina ocupe o segundo lugar com 5,02%, ambos os valores ainda podem ser considerados insuficientes para atender plenamente às necessidades educacionais de suas populações.

O Paraguai, por sua vez, apresenta um investimento ainda menor, com 3,30% do PIB destinado à educação pública, o que pode impactar negativamente o sistema educacional do país e reforçar desigualdades educacionais entre diferentes regiões.

Essa discrepância nos investimentos pode levar a disparidades no acesso à educação e na qualidade do ensino entre diferentes áreas do país. Países que investem menos em educação podem enfrentar desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada nas escolas, recursos insuficientes para capacitação de professores e programas educacionais limitados. Além de resultar em oportunidades educacionais desiguais para os cidadãos, reforçando as divisões socioeconômicas e limitando o desenvolvimento social.

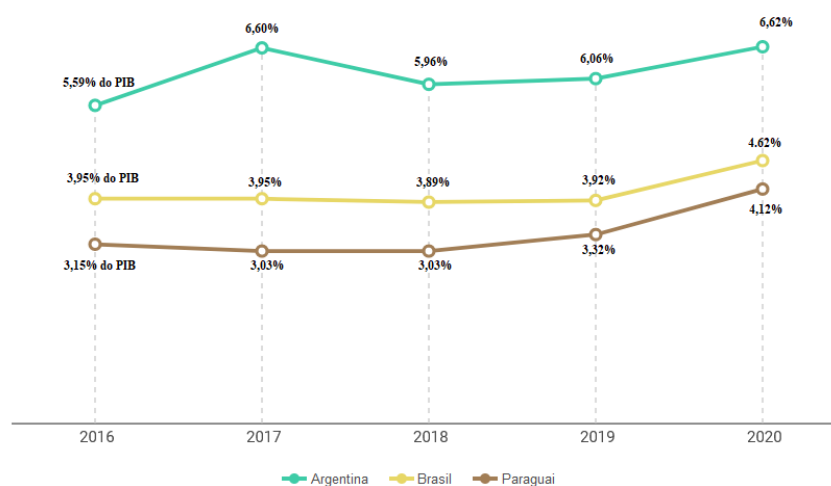
2.3. Saúde

Os gastos públicos em saúde desempenham um papel crucial na avaliação do compromisso dos governos com o bem-estar e a qualidade de vida de suas populações.

Segundo Machado et al. (2018), um investimento adequado em saúde reflete o grau de prioridade que um país atribui à saúde de seus cidadãos.

De acordo com Souza (2020), o estudo comparativo dos gastos públicos em saúde em diferentes países possibilita identificar semelhanças e divergências nas Políticas Públicas de saúde. Através da análise desses indicadores, é possível compreender as prioridades e estratégias adotadas pelos governos na alocação de recursos para o setor de saúde. Dessa forma, é possível avaliar o comprometimento de cada país em garantir o acesso universal aos serviços de saúde. Portanto, comparam-se abaixo os gastos públicos em saúde na Argentina, Brasil e Paraguai, abrangendo o período de 2016 a 2020. Segundo evidencia a figura 3 a seguir:

Figura 3- Gastos públicos em saúde nos três países



Fonte: World Development Indicators. The World Bank, 2022

Ao longo do período de 2016 a 2020, a Argentina apresentou um padrão variável de gastos públicos em saúde. Em 2016, os gastos representaram 5,59% do PIB, registrando um aumento significativo para 6,60% em 2017. No entanto, em 2018, houve uma leve queda, com os gastos representando 5,96% do PIB, seguida por uma ligeira alta em 2019 (6,06% do PIB). O ano de 2020 foi marcado pelo valor mais elevado dos gastos públicos em saúde na Argentina, atingindo 6,62% do PIB.

Já o Brasil, no mesmo período, demonstrou uma trajetória de gastos em saúde mais estável. Em 2016 e 2017, os gastos representaram 3,95% do PIB, mantendo-se praticamente constantes. Em 2018 e 2019, houve uma ligeira redução, chegando a 3,89% e 3,92% do PIB,

respectivamente. Contudo, em 2020, observou-se um aumento significativo, alcançando 4,62% do PIB em gastos públicos em saúde no Brasil.

Por sua vez, o Paraguai apresentou uma trajetória de crescimento consistente nos gastos públicos em saúde durante o período analisado. Em 2016 e 2017, os gastos foram de 3,15% e 3,03% do PIB, respectivamente. Em 2018, manteve-se em 3,03% do PIB, porém, em 2019, houve um aumento considerável, chegando a 3,32% do PIB. O maior salto ocorreu em 2020, quando os gastos públicos em saúde atingiram 4,12% do PIB no Paraguai.

A análise comparativa dos dados revela diferentes abordagens na alocação de recursos para a saúde nos três países. A Argentina teve maior variação nos gastos ao longo dos anos, com tendência geral de aumento, possivelmente influenciada por mudanças na conjuntura política e econômica. Em contraste, o Brasil apresentou uma abordagem mais estável, com pequenas oscilações. Já o Paraguai demonstrou um crescimento contínuo em seus gastos públicos em saúde, indicando um compromisso gradual e consistente com a melhoria da infraestrutura e dos serviços de saúde para a população.

Assim, ao analisar os gastos públicos em saúde na Argentina, Brasil e Paraguai, é essencial considerar o contexto da pandemia de COVID-19, no ano de 2020, como um elemento importante que moldou as políticas de saúde e os recursos alocados para enfrentar essa situação excepcional.

3. AVALIAÇÃO DOS AVANÇOS ALCANÇADOS ATÉ O MOMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS 1 E 4 NO BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

3.1. Brasil

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o propósito de promover um futuro mais justo, sustentável e equitativo até 2030. Entre os ODS, destacam-se o ODS 1, cujo objetivo é a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, e o ODS 4, que busca garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015). Nesse contexto, faz-se necessário realizar uma avaliação dos avanços alcançados até o momento na implementação desses dois ODS no Brasil.

No que refere-se ao ODS 1, a realidade brasileira ainda enfrenta desafios

significativos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), aproximadamente 30% da população do país vivia abaixo da linha de pobreza. Embora tenha ocorrido uma redução nesse índice desde 2015, torna-se essencial fortalecer as políticas de inclusão social, garantindo que os grupos mais vulneráveis tenham acesso a serviços básicos, empregos dignos e renda adequada (IBGE, 2019).

No que tange ao ODS 4, o Brasil tem apresentado avanços na universalização do acesso à educação básica. Segundo o Ministério da Educação (2018), cerca de 99,7% das crianças entre 6 e 14 anos estavam matriculadas nas escolas. Entretanto, é pertinente ressaltar que a qualidade da educação ainda constitui um desafio a ser enfrentado. Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2020), indicam que o Brasil encontra-se abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no que se refere ao desempenho dos estudantes em leitura, matemática e ciências (PISA, 2020).

Para aprimorar os resultados desses dois ODS, o Brasil deve fortalecer as políticas públicas que promovem a inclusão social e a redução da desigualdade (ONU, 2015), dessa forma, é necessário investir mais em programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, assim como em políticas de emprego e capacitação profissional, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômica das famílias em situação de pobreza. Além disso, é fundamental direcionar recursos e esforços para a melhoria da qualidade da educação, por meio do investimento na formação docente, na infraestrutura escolar e no acesso a materiais didáticos adequados (MEC, 2018).

Em síntese, embora o Brasil tenha registrado progressos na implementação dos ODS 1 e 4, há ainda um longo caminho a percorrer. Torna-se imprescindível fortalecer as políticas de inclusão social, redução da pobreza e promoção de uma educação de qualidade para todos. A superação desses desafios requer a cooperação entre governo, sociedade civil e setor privado, além de investimentos adequados e um compromisso firme com o desenvolvimento sustentável (PNUD, 2019).

3.2. Argentina

A Avaliação dos avanços alcançados até o momento na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 4 na Argentina apresenta uma

realidade local desafiadora, especialmente na região de Posadas Misiones. Estes dois objetivos, cujo propósito é a erradicação da pobreza e a garantia de uma educação de qualidade para todos, são fundamentais para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo em todo o país.

No tocante ao ODS 1, que visa a eliminação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, a Argentina enfrenta desafios significativos (ONU, 2015).

A região de Posadas, em particular, depara-se com altos índices de pobreza e desigualdade econômica, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC, 2020), aproximadamente 40% da população de Posadas vive abaixo da linha de pobreza. Entretanto, alguns progressos têm sido realizados, onde o governo argentino tem implementado medidas com o intuito de promover a inclusão social e reduzir a pobreza. Programas de transferência de renda, como a Asignación Universal por Hijo, têm sido eficazes na redução da pobreza infantil na região, ademais, o governo tem investido em infraestrutura social, como habitações populares e acesso à água potável, visando aprimorar as condições de vida da população de Posadas (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2019).

No que concerne ao ODS 4, cujo objetivo é garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, a Argentina também enfrenta desafios significativos em Posadas (ONU, 2015). A região apresenta taxas elevadas de abandono escolar e baixos índices de conclusão do ensino médio. Segundo dados do Ministério da Educação argentino, apenas 64% dos jovens da região concluem o ensino médio (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, 2019).

Para enfrentar esses desafios, o governo argentino tem implementado políticas educacionais voltadas para aprimorar o acesso à educação e a qualidade do ensino. Esforços têm sido empreendidos para ampliar a cobertura da educação pré-escolar, melhorar a infraestrutura escolar e fortalecer programas de formação de professores (MINISTÉRIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2009). Além disso, tem ocorrido um aumento no investimento em tecnologia educacional e programas de inclusão digital, com o objetivo de promover uma educação mais equitativa e acessível.

Apesar desses esforços, é evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido

na implementação dos ODS 1 e 4 em Posadas, bem como em outras regiões do país. É importante que o governo argentino e os diversos atores envolvidos continuem a investir em políticas públicas e a promover parcerias para alcançar esses objetivos. Somente por meio de um compromisso contínuo e ação coletiva será possível avançar em direção a um desenvolvimento sustentável e inclusivo em Posadas e em todo o território argentino.

3.3. Paraguai

A situação atual da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 4 no Paraguai tem apresentado avanços importantes, especialmente na cidade de Encarnación. Os ODS foram estabelecidos pelas Nações Unidas como uma agenda global para a transformação do mundo até 2030, visando a erradicação da pobreza e a garantia de uma educação de qualidade (ONU, 2015). No que se refere ao ODS 1, cujo objetivo é acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, o Paraguai tem tomado medidas significativas para melhorar a situação socioeconômica de sua população.

Segundo o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2020), o país conseguiu reduzir a taxa de pobreza extrema de 23,9% em 2008 para 14,7% em 2018. Essa conquista pode ser atribuída a iniciativas como o aumento do salário mínimo e a implementação de políticas de inclusão social, no entanto, apesar desses avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados. A desigualdade continua sendo um problema persistente no Paraguai, com uma grande disparidade de renda entre áreas urbanas e rurais (MINISTÉRIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2020). Além disso, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, ainda afeta significativamente a população mais vulnerável. Em relação ao ODS 4, que busca garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, o Paraguai tem empreendido esforços para melhorar o sistema educacional do país (ONU, 2015). Dados do Instituto Nacional de Estatística revelam que houve um aumento significativo no número de crianças matriculadas no ensino primário e secundário entre 2012 e 2019. Além disso, programas de alfabetização e educação de adultos têm sido implementados, com o objetivo de reduzir o analfabetismo e a falta de qualificação profissional (INE, 2019).

No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados para alcançar plenamente o ODS 4 no Paraguai. A qualidade da educação ainda é uma preocupação, com altas taxas de

repetência e abandono escolar, além disso, persiste a falta de equidade no acesso à educação entre áreas urbanas e rurais, limitando a igualdade de oportunidades para todos os estudantes (MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIAS, *s/d*). Em Encarnación, cidade localizada no sul do Paraguai, têm sido realizados esforços significativos para implementar os ODS 1 e 4.

A cidade se destaca por suas políticas de inclusão social e educação de qualidade. Programas como a Bolsa Família e a Merenda Escolar garantem que as famílias mais pobres tenham acesso a recursos básicos, como alimentos e educação (CORREIO BRAZILIENSE, 2011). Além disso, investimentos em infraestrutura educacional têm sido realizados, melhorando as condições das escolas e proporcionando um ambiente propício ao aprendizado, de modo geral, o Paraguai tem alcançado avanços na implementação dos ODS 1 e 4, principalmente na cidade de Encarnación. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a desigualdade e a qualidade da educação, pois é necessário continuar investindo em políticas e programas que garantam oportunidades igualitárias para todos os paraguaios, visando alcançar plenamente os ODS até 2030 (ONU, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina, representada aqui pelos países Brasil, Argentina e Paraguai, enfrenta desafios significativos em relação à equidade socioeconômica, refletindo-se na distribuição de renda, acesso à educação de qualidade e oportunidades de emprego. Para enfrentar tais questões e promover um futuro mais justo e sustentável, é essencial uma análise detalhada dos ODS 1 e 4, que buscam erradicar a pobreza e garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos.

Ao analisar a distribuição de renda por meio do PIB per capita, percebemos flutuações econômicas nos últimos anos, influenciadas por fatores econômicos, políticos e eventos globais, como a pandemia de COVID-19. Em 2018, a Argentina apresentou o maior PIB per capita entre os três países, seguida pelo Brasil e Paraguai. No entanto, as oscilações subsequentes revelaram as complexidades econômicas enfrentadas por cada nação, impactando diretamente o bem-estar e a qualidade de vida de suas populações.

Para combater a desigualdade socioeconômica, os ODS 1 e 4 surgem como guias para ações coordenadas em busca de um futuro mais equitativo. No entanto, a avaliação dos avanços na implementação desses objetivos nos três países demonstra que há desafios

persistentes. Embora políticas sociais e educacionais tenham sido implementadas, a desigualdade de renda, o acesso desigual à educação de qualidade e o enfrentamento da pobreza extrema continuam sendo questões cruciais.

Sendo assim, a cooperação transfronteiriça entre Brasil, Argentina e Paraguai se apresenta como uma estratégia promissora para enfrentar problemas comuns e compartilhar experiências e melhores práticas. Ao unir esforços, essas nações podem superar desafios específicos e fortalecer políticas que buscam a inclusão social, a redistribuição de renda e o investimento na educação.

Porém, alcançar um futuro sustentável exige compromisso contínuo e aprimoramento das políticas públicas. Investimentos adequados na infraestrutura educacional, programas de formação de professores e acesso igualitário a oportunidades são fundamentais para enfrentar a desigualdade educacional e socioeconômica. Além disso, é crucial direcionar esforços para melhorar a qualidade da educação e promover políticas de inclusão social que garantam serviços básicos e empregos dignos para todos. Isso requer parcerias efetivas entre governo, sociedade civil e setor privado, buscando uma abordagem abrangente e inclusiva.

Ao refletir sobre o cenário atual, é importante compreender as tendências econômicas e os desafios que esses países enfrentam. A cooperação regional e o compromisso com o desenvolvimento sustentável são essenciais para alcançar resultados significativos em busca de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera para todos os cidadãos.

Portanto, ao enfrentar os desafios da equidade socioeconômica e promover a implementação efetiva dos ODS 1 e 4, os países da América Latina podem vislumbrar um futuro sustentável, no qual a desigualdade seja mitigada, e as oportunidades de crescimento e prosperidade sejam acessíveis a todos, contribuindo para um desenvolvimento social e econômico mais inclusivo e equitativo para suas populações.

Referências

- ARELALO, G. O. **A descentralização do sistema educativo e a educação básica no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 10, n. 29, p. 249-266, 1999.
- ÁLVAREZ, P. **Financiamiento de la educación paraguaya**. Revista Internacional de Educación para la Justicia Social, v. 1, n. 1, p. 29-33, 2010.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

- CARRANZA, R.; KRAVETZ, D. **O Estado e a educação na Argentina**. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 1, p. 39-54, 2010.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Desigualdade e desenvolvimento em tempos de globalização. Santiago: CEPAL, 2018.
- CURY, C. R. J. Ley n. 1.264 del 26 mayo 1998. Ley General de Educación. Assunción, 1998.
- CORREIO BRAZILIENSE. No Planalto, Lula lança novo Bolsa Família nesta quinta-feira; entenda programa. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5077145-no-planalto-lula-lanca-novo-bolsa-familia-nesta-quinta-feira-entenda-programa.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- CRISE econômica não dá trégua na Argentina: 4 em cada 10 pessoas são pobres. El País, [S. l.], p. 1-2, 1 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-10-01/crise-economica-nao-da-tregua-na-argentina-4-em-cada-10-pessoas-sao-pobres.html>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- FARIA, A. L. G.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S. R. Avaliação de recursos públicos em políticas educacionais. Revista Brasileira de Economia, v. 62, n. 1, p. 25-49, 2008.
- FMI - Fundo Monetário Internacional. World Economic Outlook Database. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- GANDRA, F. R. Desigualdade, desenvolvimento e democracia. Revista Brasileira de Economia, v. 56, n. 3, p. 469-499, 2002.
- GARCIA, Lourdes de la Paz Mendes et al. Gastos Públicos em Saúde e Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma análise das possibilidades de efetividade. Revista Saúde em Foco, v. 14, n. 1, p. 19-32, 2019.
- GOMES, C. A. (2010). A educação como elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico da nação. In: Anais do Congresso Nacional de Educação - EDUCON, São Paulo, SP. p. 1-10.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdade de renda no Brasil. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 jul 2023.
- IBGE PAÍSES. Indicadores IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 05 jul 2023.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- INE - Instituto Nacional de Estadística. Tasa de analfabetismo de la población de 15 y más años de edad por año, según área de residencia y sexo (%), 2017 al 2019. Promedio anual. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publicacion/6/educacion>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. 40% de la población de Posadas, Misiones, vive por debajo de la línea de pobreza. [S. l.]: INDEC, 2020. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-1-41-135>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos). Argentina - Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/>. Acesso em: 08 jul 2023.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim de Conjuntura nº 41. 2020. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletins_de_conjuntura/200922_bc_41.pdf. Acesso em: 27 jul.
- KRUGMAN, Paul. **The Age of Diminished Expectations: U.S. Economic Policy in the 1990s**. MIT Press, 2009.
- LAVINAS, L.; MADEIRA, L. D. M.; Valente, F. L. S. **Inclusão produtiva e proteção social no Brasil**: uma nova visão sobre os programas de transferência de renda. Economia e Sociedade, v. 23, n. 1, p. 15-39, 2014.
- MOLINIER, P. **Educación y financiamiento en Paraguay**. Revista Iberoamericana de Educación, v. 66, p. 15-35, 2014.
- MILANOVIC, B. **Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization**. Harvard University Press, 2016.
- MEC- Ministério da Educação. Infraestrutura. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-12877938/seb-educacao-basica-200704897/18842-infraestrutura>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN. La Anses y el Ministerio de Educación lanzan el programa “Conectar Igualdad en Terciarios”. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/la-anses-y-el-ministerio-de-educacion-lanzan-el-programa-conectar-igualdad-en-terciarios>. Acesso em: 12 jul. 2023.

- MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. Asignación Universal por Hijo. [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/asignacion-universal-por-hijo-auh>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. Disparidad de ingresos entre las zonas urbanas y rurales. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/buscar/DESIGUALDAD%20de%20renda>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIAS. Abandono educativo. [S. l.], s/d. Disponível em: <https://www.mec.gov.py/?ref=298104-abandono-educativo>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal da Saúde - Indicadores e Dados Básicos. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/qiuf.def>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- MACHADO, Ana Paula S.; GOMES, Adenícia Custódia S.; XAVIER, Luis Guilherme S. Gastos públicos em saúde e sua relação com o IDH e a desigualdade social no Brasil. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, v. 7, n. 1, p. 93-107, 2018.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- O GLOBO. "Desigualdade no Paraguai coloca em risco sua estabilidade." Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Paraguay - In-Depth Review of the Social Inclusion Policies of Paraguay. Disponível em: <https://www.oecd.org/>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- PARAGUAI. **Constitución de la República de Paraguay**. Assunción. 1992.
- PIKETTY, T. **Capital in the Twenty-First Century**. Harvard University Press, 2014.
- PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos. Guia do Leitor do Relatório da Escola. [S. l.], 2020. Disponível em: [https://www.oecd.org/pisa/pisa-for-schools/5GuiaDoLeitor-Portugues-FigurasEmPortugues%20\(1\).pdf](https://www.oecd.org/pisa/pisa-for-schools/5GuiaDoLeitor-Portugues-FigurasEmPortugues%20(1).pdf). Acesso em: 14 jul. 2023.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- POBREZA no Paraguai cresce escondida e contrasta com economia atraente para investidores. *O Globo*, [S. l.], p. 1-2, 21 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/09/pobreza-no-paraguai-cresce-escondida-e-contrasta-com-economia-atraente-para-investidores.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- RABELLO, E. Dez milhões saíram da pobreza no Brasil em 2022. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/noticias/dez-milhoes-sairam-da-pobreza-no-brasil-em-2022#:~:text=O%20diretor%20Dpresidente%20do%20Instituto,elevada%20dos%20%C3%BAltimos%20dez%20anos>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- RELATÓRIO dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/151394-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2020>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- STIGLITZ, J. E. **The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future**. W. W. Norton & Company, 2012.
- SOUZA, Marta Rovey de. **Gastos Públicos com Saúde: uma Análise Comparativa entre Países**. In: X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2020. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2020.
- VALENTIM, I.M et al. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a implementação dos ODS de 1 ao 4 no Brasil**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/18894/15238>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- WORLD BANK. DataBank: World Development Indicators. 2021. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 27 jul. 2023.